

MANUAL BÁSICO

CONTABILIDADE GERAL

Para Administradores

Disciplina: CONTABILIDADE GERAL

1. A CONTABILIDADE

1.1. Conceito

A Contabilidade é um instrumento que fornece um número muito de grande de informações úteis, para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem *decisões*. Com o passar do tempo as autoridades governamentais, principalmente aquelas que tem a incumbência de propiciar arrecadação de tributos, começaram a utilizar-se dela para aumentar a arrecadação e torná-la obrigatória para todas as empresas e pessoas físicas, quando seu movimento ultrapassar a limites estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.

É bom lembrar que a contabilidade não deve ser feita unicamente para atender a exigência do fisco e sim, para que ela sirva de instrumento seguro e confiável para o administrador tomar decisões.

A contabilidade tem a incumbência de registrar todas as operações da empresa, as quais, em certo momento, devem ser tabuladas e quantificadas monetariamente, para que em seguida, sejam elaborados os respectivos relatórios contábeis que são entregues aos interessados em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, por meio dos relatório contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram àqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro. Portanto, a contabilidade é um instrumento retrospectivo para a tomada de decisões futuras.

Segundo o IBRACON, a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

1.2. Objeto, Objetivo e Finalidade da Contabilidade

A contabilidade tem como **objeto** o *Patrimônio* das Entidades econômico-administrativas, seu **objetivo** é permitir o estudo e o controle dos fatos decorrentes da gestão do patrimônio dessas entidades com a **finalidade** de propiciar a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca da entidade.

1.3. A aplicação da Contabilidade

A Contabilidade pode ser estudada de *modo geral* (para todas as empresas) ou *em particular* (aplicada em certo ramo de atividade ou setor da economia). Assim, no estudo da Contabilidade podemos enfocar, dentre outros, os seguintes ramos:

- ✓ Contabilidade Comercial e de Serviços;
- ✓ Contabilidade Industrial;
- ✓ Contabilidade Bancária;
- ✓ Contabilidade Hospitalar;
- ✓ Contabilidade Pública;
- ✓ Contabilidade Agropecuária;
- ✓ Contabilidade Securitária;
- ✓ Contabilidade de Transporte (rodoviário, marítimo, aéreo);
- ✓ Contabilidade de Autônomos → Livro Caixa.

1.4. Os Usuários da Contabilidade

Compreendem todas as pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situação e do desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios acionistas, administradores, governo (fisco), fornecedores, bancos, etc.

1.5. Para quem é mantida a Contabilidade

A Contabilidade pode ser feita para uma Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. Considera-se pessoa, juridicamente falando, todo o ser capaz de direitos e obrigações.

Pessoa Física → é a pessoa natural, é todo o ser humano, é todo indivíduo. A existência da pessoa física termina com a morte.

Pessoa Jurídica → é a união de indivíduos que, através de um contrato reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros. São as chamadas **Entidades Econômico-administrativas**, que caracterizam-se como organizações que reúnem os seguintes elementos: pessoas, patrimônio, titular, capital, ação administrativa e fim determinado.

Quanto ao fim a que se destinam, as entidades econômico-administrativas podem ser assim classificadas:

- a) Entidades com fins lucrativos – chamadas empresas, que visam *lucros* para preservar e/ou aumentar o seu patrimônio líquido. Exemplo: empresas comerciais, industriais, de serviços, agrícolas, etc.
- b) Entidades com fim sócio-econômico – intituladas instituições, visam atingir *superávit* que reverterá em benefício de seus integrantes. Exemplo: associações de classe, clubes sociais, etc.
- c) Entidades com fins sociais – também chamadas instituições, que têm por obrigação atender às necessidades da coletividade a que pertencem. Exemplo: a União, os Estados e os Municípios.

1.6. O Profissional Contábil

Dentro da profissão contábil temos duas categorias: **Técnicos em Contabilidade** (categoria em extinção em virtude de não mais existir os Cursos ao nível de segundo grau) e os **Contadores**, que são os Bacharéis em Ciências Contábeis. Tanto o técnico em contabilidade como o contador são chamados de *contabilistas*, e ambos legalmente podem ser responsáveis pela contabilidade das entidades. Entretanto, o contador está legalmente habilitado a exercer algumas atividades não cabíveis ao técnico em contabilidade. Essas atividades são:

- ✓ **Auditoria** → exame e verificação da exatidão dos procedimentos contábeis;
- ✓ **Perícia Contábil** → investigação contábil de pessoas físicas ou jurídicas, motivada por uma questão judicial (solicitada pela justiça);
- ✓ **Professor de Contabilidade** → o contador pode ser professor do curso superior de graduação. Normalmente exige-se pós-graduação.

1.7. Pilares da Contabilidade

Em contabilidade, temos três categorias para evidenciar as regras fundamentais que regem a ciência contábil: **Os Postulados, Os Princípios e as Convenções**. Os Postulados são chamados de *Pilares da Contabilidade*, pois sem um deles, não haveria contabilidade aplicada. São eles:

- a) **Entidade** → O Postulado da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade, a afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade. Por consequência dessa aceção, o patrimônio não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.
- b) **Continuidade** → Esse postulado é baseado no pressuposto de que a empresa ou entidade é algo em andamento, em *continuidade*, que funcionará por prazo indeterminado. Uma empresa em processo de extinção (descontinuidade) ou liquidação, será contabilizada por outras regras, pois a continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimentos dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

Os Postulados, Princípios e Convenções são disciplinados pelas Resoluções nºs 750/93 e 774/94, ambas do Conselho Federal de Contabilidade.

1.8. Técnicas Contábeis

Nos anos 40, as técnicas contábeis consideradas eram:

- ◆ Escrituração
- ◆ Inventários
- ◆ Balanço
- ◆ Orçamento

Atualmente, os organizadores de concursos têm considerado como técnicas contábeis:

- ◆ **Escrituração** → registro em livros próprios (Diário, Razão, Caixa, Contas Correntes), de todos os Fatos Administrativos que ocorrem no dia-a-dia das empresas;
- ◆ **Demonstrações** → quadros técnicos que apresentam dados extraídos dos registros contábeis da empresa. As demonstrações financeiras mais conhecidas são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício;
- ◆ **Auditoria** → verificação da exatidão dos dados contidos nas demonstrações financeiras, através do exame minucioso dos registros contábeis e dos documentos que deram origem a eles;
- ◆ **Análise de Balanço** → exame e interpretação dos dados nas demonstrações financeiras, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da Contabilidade.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Conceito

Os dados coletados pela contabilidade são apresentados periodicamente aos interessados de maneira resumida e ordenada, formando, assim, os *relatórios contábeis*.

2.2 Principais Demonstrações Financeiras

Os relatórios obrigatórios são previstos na Lei nº 6.404/76, art. 176, que assim os enumera:

- ◆ Balanço Patrimonial (BP);
- ◆ Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- ◆ Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- ◆ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- ◆ Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos (DOAR).

Também serão elaboradas Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras.

2.3 Período de Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Lei nº 6.404/76 em seu artigo 175, estabelece que, ao fim de cada período de doze meses, a diretoria da empresa fará elaborar, com base na contabilidade, as demonstrações financeiras. Este período é denominado *exercício financeiro, exercício social* ou *período contábil*. Não há necessidade que o exercício social coincida com o ano civil, embora na maioria das vezes assim aconteça.

A data do término do exercício social é definida pelos sócios da empresa e não pode ser alterada, exceto em condições supervenientes e com a respectiva alteração no instrumento original (contrato social ou ata de constituição).

As Sociedades Anônimas de Capital Aberto e as instituições financeiras, devem publicar as demonstrações financeiras semestralmente, para melhor informar o público interessado.

Para atender às necessidades internas (fins gerenciais), e facilitar a administração da empresa, a contabilidade deverá apresentar relatórios contábeis em períodos mais curtos (semestral, mensal, quinzenal...).

2.4 Requisitos para a publicação das Demonstrações Financeiras

Alguns dados são fundamentais no momento da publicação. Entre eles, destacam-se a denominação da empresa, o título de cada demonstração financeira e a data do exercício social a que se refere. Para fins de comparabilidade na análise das Demonstrações Financeiras, elas deverão ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes ao exercício social atual e imediatamente anterior. Portanto, as demonstrações conterão duas colunas: ano atual e ano anterior.

As demonstrações financeiras podem ser apresentadas com a eliminação dos *três últimos dígitos* (em milhares de reais), ou simplesmente eliminando os centavos. Em qualquer caso, ao adotar-se a eliminação de dígitos, deve-se fazer constar do cabeçalho das demonstrações a expressão "R\$.milhares" ou algo equivalente.

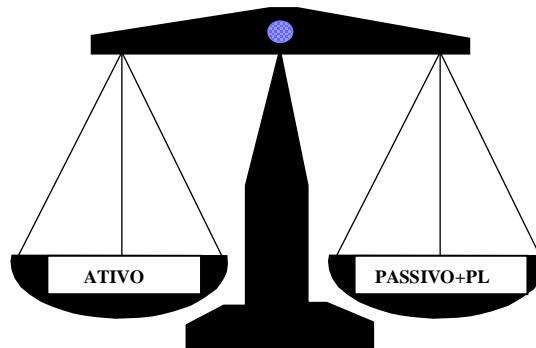
Exemplo: um valor de R\$.23.487.678,21, ficaria publicado: 23.487. A eliminação de dígitos facilita a publicação, principalmente pela necessidade de publicar em duas colunas.

2.5 Estrutura do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é uma demonstração que relata os bens e direitos (Ativo), e as obrigações e a participação dos acionistas (Passivo) da empresa, dando, dessa forma, ao leitor, a posição patrimonial e financeira da empresa.

O termo **balanço** tem a ver com balançar, pois os dois lados: ativo e passivo, devem estar em consonância, isto é, equilibrados com os mesmos totais. A isto chamamos de **Equilíbrio Patrimonial**, de onde resulta a seguinte **Equação Patrimonial**:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PATRIMÔNIO} \\ \text{LÍQUIDO}$$



Ao final de um período, quando comparamos os valores do Ativo com os do Passivo, podemos obter três situações:

- a) $A > P \rightarrow$ essa **situação** nos proporciona uma situação líquida **positiva**, pois os valores componentes do Ativo permitem solver as obrigações e ainda apresentam saldo. Essa diferença positiva é lançada contabilmente como *Lucro do Exercício*, no grupo contábil do Patrimônio Líquido;

Equação Patrimonial \rightarrow $A = P + PL$

- b) $A < P \rightarrow$ essa situação nos proporciona uma situação líquida **negativa**, pois os valores componentes do Ativo **NÃO** são suficientes para cobrir as obrigações. Essa diferença **negativa**, é lançada como *Prejuízo do Exercício*, no grupo contábil do Patrimônio Líquido. Quando ocorre essa situação, contabilmente dizemos que a empresa apresenta um **Passivo a Descoberto**.

Equação Patrimonial \rightarrow $A = P - PL$

- c) $A = P \rightarrow$ essa situação nos proporciona uma situação líquida **nula**, pois os valores do Ativo cobrem tão somente o montante das obrigações.

Equação Patrimonial \rightarrow $A = P$

Em termos dos grandes agrupamentos de contas, o balanço patrimonial é dividido da seguinte forma:

A T I V O	P A S S I V O
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
DISPONIBILIDADES	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS ATÉ O EX. SEGUINTE
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ EX. SEGUINTE	
DESPESAS DE EXERCÍCIO SEGUINTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS APÓS EX. SEGUINTE
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO PERMANENTE	CAPITAL SOCIAL
INVESTIMENTOS	RESERVAS DE CAPITAL
ATIVO IMOBILIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
INTANGÍVEL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

2.6 CLASSIFICAÇÃO DOS COMPONENTES PATRIMONIAIS

1. *ATIVO CIRCULANTE* - bens e direitos que irão se realizar até o exercício social seguinte. Ex: Caixa, Bancos Conta Movimento, Aplicações Financeiras, Contas a Receber, Estoques, Despesas Antecipadas;
2. *ATIVO NÃO CIRCULANTE* - Bens e direitos que irão realizar-se após o exercício social seguinte. Ex: Contas a Receber a Longo Prazo, Despesas Antecipadas a Longo Prazo, Contas a Receber de Pessoas Ligadas;
3. *INVESTIMENTOS* - Participações permanentes no capital social de outras empresas e outros direitos permanentes que não se destinem à manutenção das atividades da empresa (investimentos em ações ou quotas, obras de arte, imóveis para aluguel, etc.);
4. *ATIVO IMOBILIZADO* - Bens e direitos destinados à manutenção das atividades da empresa (terrenos, edificações, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, marcas e patentes, etc.);
5. *PASSIVO CIRCULANTE* - Obrigações que irão vencer até o exercício social seguinte (fornecedores, empréstimos, impostos a pagar, encargos sociais a recolher, etc);
6. *PASSIVO NÃO CIRCULANTE* - Obrigações que irão vencer após o exercício social seguinte (fornecedores a longo prazo, empréstimos a longo prazo, créditos de pessoas ligadas, etc);
7. *PATRIMÔNIO LÍQUIDO* - composto das origens de recursos pertencentes aos acionistas (recursos recebidos na forma de capital, ágio na colocação de ações, doações e subvenções para investimentos, lucros ou prejuízos apurados.

3. CONTABILIDADE POR BALANÇOS SUCESSIVOS

3.1. Metodologia do Ensino da Contabilidade

No ensino da contabilidade, temos pelo menos, duas tendências ou escolas: *escola italiana* e *escola americana*.

- ◆ **Escola Italiana** → parte dos lançamentos contábeis (escrituração) para, no final, chegar às demonstrações financeiras;
- ◆ **Escola Americana** → parte de uma visão conjunta das demonstrações financeiras, principalmente o Balanço Patrimonial, para em seguida, estudar os lançamentos contábeis que deram origem àquelas demonstrações.

A Escola Americana, de aceitação universal, consolidada no Brasil pela Lei nº 6.404/76 (de origem nitidamente americana), baseia-se na própria *evolução histórica da contabilidade*. Nos primórdios da Contabilidade (4.000 a.C.) era feita apenas a contagem da riqueza (demonstração financeira) em momentos distintos; em época mais recente (século XV d.C.) foram introduzidos os lançamentos contábeis.

Esta apostila segue a corrente da escola americana. Procuraremos nos próximos tópicos, abordar uma seqüência de operações monetárias de uma empresa prestadora de serviço (transportadora) que servirá de base para se desenvolver, na época seguinte, a escrituração contábil.

3.2. A Contabilidade por Balanços Sucessivos

A Contabilidade por Balanços Sucessivos é bastante simples: a cada operação realizada pela empresa faz-se a alteração em um novo balanço.

O próximo passo é averiguar se as modificações evidenciadas no balanço estão corretas ou não, observando:

- Se o total do lado Ativo é igual ao total do lado Passivo + Patrimônio Líquido;
- Se o valor da operação inserido no balanço no lado do Ativo é igual ao do lado do Passivo + PL;
- Se a contrapartida de um aumento do lado Ativo foi evidenciada no lado Passivo ou diminuída do próprio lado do Ativo (no caso de operações permutativas do ativo e passivo).

3.3. Aspectos da Constituição de uma empresa

Normalmente, na constituição de uma empresa os proprietários se reúnem para estruturar um contrato que regerá as regras da sociedade. Numa empresa *limitada* esse contrato é denominado **contrato social**; numa S.A. chama-se **estatuto**.

Uma das regras fundamentais refere-se ao valor do capital que os proprietários se responsabilizam em conceder à empresa. O compromisso assumido pelos proprietários é

real, pois eles assinam (subscrevem) o contrato. Por isso, o montante do capital assumido por todos os proprietários de conceder à empresa denomina-se **Capital Subscrito**. (capital prometido).

Vamos supor, em nosso exemplo, que os dois proprietários se comprometeram a dar em dinheiro R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) cada um, perfazendo o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) o valor do Capital Subscrito de nossa Transportadora. Vamos então, proceder a montagem do respectivo Balanço Patrimonial após cada evento, levando em consideração as seguintes operações:

1. Em 02/12/19X1, pela entrega do dinheiro à empresa, por meio de um depósito na C.E.F.;
2. Em 10/12/19X1, a empresa adquire à vista (pago c/cheque da CEF) um veículo por R\$ 15.000,00
3. Em 15/12/19X1, a empresa adquiriu a vista, com pagamento em cheque da Caixa Econômica Federal, um Caminhão Graneleiro no valor de R\$ 55.000,00
4. Em 15/12/19X1, a empresa adquire diversos Móveis e Utensílios (escrivadinhas, cadeiras, estantes, computadores, impressoras) a prazo, que será pago em 5 parcelas de R\$ 1.200,00 conforme Nota Fiscal Fatura;
5. Em 18/12/19X1, a empresa contrata um financiamento junto ao Banco do Brasil, com prazo de três anos para pagar, no valor de R\$ 100.000,00 liberado em conta corrente;
6. Em 27/12/19X1, a empresa adquiriu Materiais de Escritório (lápiz, canetas, cliques, grampeadores, papel, etc.) por R\$ 3.000,00 sendo que metade do material foi pago à vista, com cheque do Banco do Brasil e o saldo será pago em 45 dias para estoque de matérias de escritório..
7. Em 30/12/19X1, a empresa emitiu e descontou um cheque de R\$ 1.200,00 do Banco do Brasil para pagamento por caixa de despesas de pequeno valor;

4. CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE DÉBITO E CRÉDITO

4.1. O Método de Balanços Sucessivos

Como foi visto no tópico anterior, a contabilidade por balanços sucessivos, embora seja correta e facilite a visualização do processo contábil, apresenta uma inconveniência no seu aspecto prático: não é recomendável quando a empresa realiza muitas operações (que é o caso de quase todas as empresas). Imaginemos uma empresa com mil operações diárias: teríamos que fazer mil balanços sucessivos, o que seria impraticável.

Dessa forma, sem perder de vista esta metodologia, utiliza-se outro processo mais rápido e prático: *o controle individual por contas*, registrando-se aumentos e diminuições em cada conta isoladamente. Ao final de um período determinado, relacionam-se todas as contas, de forma resumida e ordenada, e chega-se ao Balanço Patrimonial.

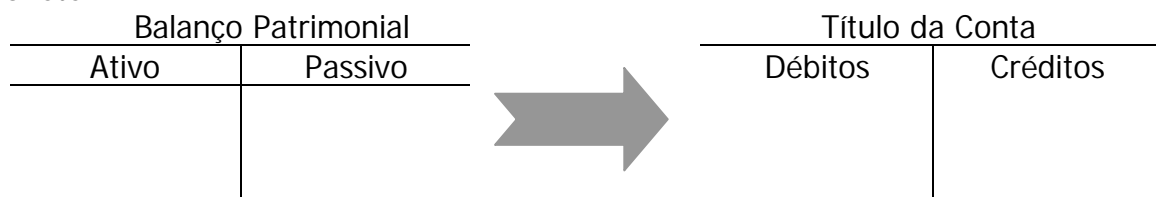
4.2. A utilização de Razonetes

Razonete, em contabilidade, é uma representação gráfica em forma de “T” bastante utilizada pelos contadores. É um *instrumento didático* para desenvolver o raciocínio contábil. Através do razonete são feitos os registros contábeis individuais por conta, dispensando-se o método por balanços sucessivos.

Da mesma forma que o Balanço, o razonete tem dois lados; na parte superior do razonete coloca-se o título da conta que será movimentada.

A representação gráfica abaixo ilustra melhor os dois instrumentos:

Razonete



Na verdade, o **razonete** é uma representação gráfica simplificada para fins didáticos do **Razão Contábil** que é um livro não exigido pela legislação comercial (é facultativo). Todavia, em virtude de sua eficiência, é indispensável em qualquer tipo de empresa: é o instrumento mais valioso para o desempenho da contabilidade. Por isso, do ponto de vista contábil, é um livro imprescindível.

Este livro agrupa valores em contas de uma mesma natureza e de forma racional. Em outras palavras, o registro no Razão é realizado em contas *individualizada*, nos proporcionando um controle contábil por conta. Por exemplo: abre-se uma conta razão para o *caixa* e ali registram-se todas as operações que, evidentemente, afetam o caixa; debitando-se ou creditando-se nesta conta e, a qualquer momento, apura-se o seu saldo. E assim sucessivamente para todas as contas.

Atualmente o razão contábil é emitido por processamento de dados que após encadernado, forma um livro.

Abaixo, um modelo do Razão Contábil da conta *Caixa*:

RAZÃO CONTÁBIL – Empresa: <i>Cia. Transportadora</i>					
Conta: Caixa				Código: 1.1.1.01.001	
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	D/ C
02/01/01	Saldo do ano anterior			2.560,00	D
10/01/01	Recebido NF 340	5.760,00		8.320,00	D
15/01/01	Pago NF 123456 a Comercial Oeste		3.238,00	5.083,00	D
25/01/01	Pago Salários do pessoal		4.500,00	582,00	D

4.3. Lançamentos nos Razonetes

Para cada conta do Balanço Patrimonial abre-se um razãoete e nele realiza-se a movimentação. De um lado dele registram-se os *aumentos*; e do outro *as diminuições*. A natureza da conta (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) determina que lado deve ser utilizado para aumentos e que lado deve ser utilizado para diminuições.

Como pode ser visualizado nos gráficos acima, os débitos são feitos do lado esquerdo do razãoete, conseqüentemente, os créditos, do lado direito. Recapitulando: as contas do Ativo tem saldo **devedor**, as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido, tem saldo **credor**.

Regras Gerais

- Todo aumento de Ativo (lança-se no lado esquerdo do razãoete): debita-se;
- Toda diminuição de Ativo (lança-se do lado direito do razãoete): credita-se;
- Todo aumento do Passivo e PL (lança-se do lado direito do razãoete): credita-se;
- Toda diminuição do Passivo e PL (lança-se do lado esquerdo do razãoete): debita-se.

4.4. Saldo das Contas

Saldo de uma conta é a diferença entre os débitos e créditos. Em nosso exemplo anterior, a conta da Caixa Econômica Federal teve a seguinte movimentação:

Caixa Econômica Federal	
300.000,00 (1)	15.000,00 (2)
	55.000,00 (3)
300.000,00 (=)	70.000,00 (=)
230.000,00 (S)	

Portanto, o saldo da conta *Caixa Econômica Federal* é R\$ 230.000,00 a débito, resultante da diferença entre R\$.300.000,00 de **aumentos** e R\$ 70.000,00 de **diminuições**.

4.5. Exercício de Fixação

Vamos, então, utilizando-se das operações de nossa Companhia Transportadora, transcrever os respectivos lançamentos em razãoetes, para em seguida, com base nesses razãoetes, montarmos o Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei nº 6.404/76.

--	--	--

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/19X1
(Operações de 1 a 7)

A T I V O	P A S S I V O

--	--

5. BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

5.1 Balancete de Verificação

Conceito → Resumo ordenado de todas as contas utilizadas pela contabilidade, para averiguar a exatidão das mesmas.

Periodicamente (diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente...), os responsáveis pela contabilidade devem verificar se os lançamentos contábeis realizados no período estão corretos.

Uma técnica bastante utilizada para atingir tal objetivo é o Balancete de Verificação. Este instrumento, embora de muita utilidade, poderá não detectar toda a amplitude de erros que possam existir nos lançamentos contábeis.

Um dos modelos mais utilizados, por apresentar-se mais completo, é o Balancete de Verificação de seis colunas, pois este nos evidencia os saldos iniciais, a movimentação a débito e a crédito e os saldos finais devedores e credores. Abaixo, um modelo desse instrumento contábil.

5.2 Método das Partidas Dobradas

Esse método, desenvolvido pelo Frade Franciscano Luca Pacioli em 1494, hoje universalmente aceito, dá início a uma nova fase para a Contabilidade como disciplina adulta, além de desabrochar a Escola Italiana, que iria dominar o cenário contábil até o início do século XX.

Esse método consiste no fato de que para qualquer operação sempre haverá um débito e um crédito de igual valor ou um débito (ou mais débitos) de valor idêntico a um crédito (ou mais créditos). Portanto, **não há débitos sem créditos correspondentes**, de forma que a soma dos débitos será sempre igual à soma dos créditos.

5.3 Partidas Simples

Esse método, utilizado antes do advento das *Partidas Dobradas*, com a evolução da Ciência Contábil e com o aumento do volume das transações das empresas, mostrou-se incompleto, imperfeito e ineficiente, tanto que atualmente apenas algumas pessoas físicas contabilizam seus eventos com base nele.

Partidas Simples, consistem em proceder apenas um débito ou um crédito. Não há a correspondente contrapartida.

5.4 Balancete das Partidas Dobradas e a Identificação de Erros de Lançamento

No exercício de fixação do item 4.5 acima, nós aplicamos o Método das Partidas Dobradas, pois procedemos os respectivos débitos e créditos e ao final nosso Balanço Patrimonial totalizou com os mesmos valores.

O Balancete de Verificação tem também a missão de propiciar a identificação de erros, pois quando o mesmo não apresenta os mesmos valores nos totais dos débitos e créditos, não se pode prosseguir o trabalho antes de detectar onde está o erro de lançamento. Mesmo que a soma dos débitos seja igual à soma dos créditos, o contador deve fazer a auditoria nos demais itens do balancete. Por exemplo: verificar se foram utilizadas corretamente as contas.

5.5 O Balancete como Instrumento de Decisão

Quando a empresa não *levanta* o balanço em períodos mais curtos, o balancete tem-se tornado poderoso instrumento de base para decisões. Assim, por meio de balancetes mensais, a administração da empresa terá em mãos um resumo de todas as operações, bem como de todos os saldos existentes no final de cada período.

Dessa forma, o “poder decisório” conhecerá o resultado financeiro e econômico da empresa no final de determinado período, sem a necessidade de estruturar um balanço. Esses dados, são fundamentais para a tomada de decisão.

Fica evidente, que quanto maior o grau de detalhamento do balancete, mais subsídios haverá para a tomada de decisão. Assim, um balancete com duas colunas não terá o mesmo grau de utilidade para a tomada de decisão, que um balancete de seis colunas, por exemplo.

5.6 Exercício de Fixação:

Utilizando-se do modelo abaixo, transcreva o movimento da Cia. Transportadora conforme operações numeradas de 1 a 7 e respectivos razonetes, considerando como saldos iniciais aqueles constantes da operação nº 1 (um):

CIA. TRANSPORTADORA Balancete de Verificação encerrado em 31/12/19X1

CONTAS	Saldos Iniciais		Movimentação		Saldos Finais	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
TOTAIS.....						

6 CONTABILIZAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

6.1 Contas de Resultado

De maneira geral as contas de resultados são aquelas utilizadas para a apuração do resultado (lucro ou prejuízo) do exercício social. São as contas de **Receitas** e **Despesas**, que periodicamente (mensalmente...) são confrontadas para apurar o Lucro ou o Prejuízo.

As regras definidas para o confronto *Receita x Despesa* são originadas do *Regime de Competência*. Este regime (forma de contabilização) de contabilidade dispõe que, considerando determinado período ou exercício, será considerada como *Receita* aquela ganha ou gerada neste período (não importando se foi recebida ou será em outro período) e como *Despesa* aquela consumida, utilizada, incorrida também naquele período (não importando se foi paga ou será em outro período).

Temos também, o *Regime de Caixa*, que considera como Receita apenas o que foi efetivamente recebido no período em análise e, como Despesa aquilo que foi também pago naquele período.

É bom ressaltar que a legislação fiscal brasileira não admite, para fins tributários, a escrituração pelo regime de caixa. A Teoria Contábil também apresenta o Regime de Competência como base para a contabilização dos eventos das empresas.

Podemos concluir então, que a Contabilidade possui contas de duas naturezas:

- a) Contas Patrimoniais → aquelas componentes do Balanço Patrimonial, isto é, contas de Ativo e de Passivo, contas essas que não se encerram de um exercício social para outro, mas o saldo que porventura possa existir nelas, será transferido para o próximo exercício;
- b) Contas de Resultado → aquelas componentes da Demonstração do Resultado do Exercício, isto é, Receitas e Despesas, as quais, ao final do exercício social são encerradas (zeradas), para apurar o resultado (lucro ou prejuízo) do período.

6.2 Regras para contabilização das contas de resultado

Se as contas de **Receitas** são ingressos de recursos ou direitos para a empresa, evidente fica que elas produzem uma variação positiva no resultado, isto é, aumentam o lucro: quanto maior a receita, maior o lucro. As Receitas aumentam o Patrimônio Líquido. Contabilmente, toda a Receita deve ser **CREDITADA** nas contas respectivas.

Já as **Despesas** diminui o lucro ou aumenta o prejuízo e, portanto, diminui o Patrimônio Líquido. Toda Despesa deve ser **DEBITADA** nas respectivas contas.

O quadro abaixo evidencia o resumo geral das regras de contabilização das contas patrimoniais e de Resultado.

Natureza das Contas	Débito	Crédito
Contas de Ativo	Aumento	Diminuição

Contas de Passivo e Patrimônio Líquido	Diminuição	Aumento
Contas de Resultado	Despesa	Receita

6.3 Exemplos de contabilização das Contas de Resultado

Vamos simular algumas operações de nossa Cia. Transportadora para o mês de dezembro de 19X1:

8. Em 05/12/19X1, a empresa pagou com cheque do Banco do Brasil, o **aluguel** de suas instalações referente ao mês em curso, no valor de R\$ 850,00
9. Em 11/12/19X1, a empresa pagou com dinheiro do caixa, despesas com **lanches** (café, pão, leite, manteiga, etc...) aos funcionários conforme Nota Fiscal no valor de R\$ 120,00;
10. Em 17/12/19X1, a empresa recebeu o **Conhecimento de Frete n.º 001** no valor de R\$ 2.200,00 e depositou esse valor na Caixa Econômica Federal;
11. Em 21/12/19X1, a empresa pagou Nota Fiscal de **combustível** (óleo diesel) do caminhão, com cheque da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 160,00;
12. Em 28/12/19X1, a empresa pagou reembolso de Taxa de **Pedágio** ao motorista, com dinheiro do caixa, no valor de R\$ 75,00;
13. Em 29/12/19X1, a empresa através de requisição do **almoxarifado**, efetuou a baixa de materiais de escritório no valor de R\$ 750,00;
14. Em 29/12/19X1, a empresa pagou **salários** dos funcionários referente ao mês de 12/X1, com cheque do Banco do Brasil, no valor de R\$ 3.500,00
15. Em 29/12/19X1, a empresa pagou **Pró-Labore** aos sócios, com cheque da CEF., no valor de R\$ 4.400,00
16. Em 31/12/19X1, a empresa recebeu os **Conhecimentos de Fretes n.ºs: 002 a 006**, no valor de R\$ 9.600,00, e depositou esse valor no Banco do Brasil.
17. Em 31/12/19X1, a empresa, com base nos extratos bancários, contabilizou as despesas com **DESPESAS BANCARIAS**, referente ao mês 12/X1, no valor de R\$ 310,00, sendo: Banco do Brasil R\$ 27,00 e CEF.R\$ 283,00;

Escriture as operações acima em razonetes, elaborando em seguida o Balancete de Verificação em seis colunas, considerando como saldos anteriores as operações constantes dos itens 1 a 7 e, conseqüentemente como movimento as operações de 8 a 18.

Após *fechar* o Balancete de Verificação, elabore o novo Balanço Patrimonial conforme Lei n.º 6.404/76.

Para facilitar a visualização dos razonetes, transcreve nos gabaritos abaixo, a movimentação das contas patrimoniais das operações de 1 a 7 e, em seguida, as contas de resultado.

R A Z O N E T E S

CIA. TRANSPORTADORA
Balancete de Verificação encerrado em 31/12/19X1
Contas Patrimoniais e Contas de Resultado

CONTAS	Saldos Iniciais Operações 1 a 7		Movimentação Operações 8 a 18		Saldos Finais Operações 1 a 18	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Caixa						
Caixa Econômica Federal						
Banco do Brasil						
Estoque – Mat. Expediente						
Veículos						

Móveis e Utensílios						
Fornecedores						
Financiamento B. Brasil – CP						
Capital Social						
Aluguel						
Lanches e Refeições						
Receita de Fretes						
Combustíveis e Lubrificantes						
Pedágio						
Material de Consumo						
Salários						
Pró-Labore						
C.P.M.F.						
COFINS						
PIS						
ISS						
Impostos e Taxas a Recolher						
TOTAIS.....						

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/19X1
(Operações de 1 a 18)

A T I V O	P A S S I V O

7 APURAÇÃO CONTÁBIL DO LUCRO OU PREJUÍZO

7.1 Considerações Gerais

Em cada período (exercício social ou período menor), devemos apurar o *Lucro* ou o *Prejuízo* das operações realizadas. Dessa forma, confronta-se as Receitas com as Despesas desse período, obtendo-se o resultado, que pode ser lucro ou prejuízo e em

seguida, *zeram-se* essas contas de resultado, pois para o próximo exercício social, elas iniciam do zero.

7.2 Encerramento das Contas de Resultado

Conforme exigência legal, ao final de cada exercício social ou período menor para atender à exigências do fisco federal (SRF), as empresas estão obrigadas a encerrar todas as contas de resultado. Esse encerramento ocorre no momento do confronto da Receita com a Despesa, para apurar o resultado do período.

Com o encerramento das contas de Receitas e Despesas, todas as contas de resultado ficam com saldo zero para o início do próximo exercício social. Assim, no novo exercício, começa-se a acumular receitas e despesas que ao final também serão encerradas.

7.3 Conceito de *Custo* e *Despesa*

Esses dois termos contábeis, embora comumente sejam tratados como sinônimos, em contabilidade eles têm sentido diferenciado, mais precisamente quando nos referimos à contabilidade de custos. Porém, é possível contabilmente, segregar aquilo que é custo do que é despesa, também nas atividades comerciais e até de prestação de serviços. Tanto **custo** como **despesa** constituem em termos gerais, **GASTOS** da empresa.

Numa *indústria* custo significa todos os gastos na fábrica (produção): matéria-prima, mão-de-obra, manutenção, embalagem, etc. Despesa significa os gastos no escritório, seja na administração, seja no departamento de vendas, seja no departamento de finanças.

Assim, o aluguel pode ser tratado como despesa ou custo: tratando-se de aluguel do prédio da fábrica, será considerado **custo**; tratando-se de aluguel referente ao prédio do escritório (administração), será considerado **despesa**. Se o aluguel incidir sobre o setor fabril e administrativo, teremos que usar um **sistema de rateio** para contabilizar separadamente o custo e a despesa. Esse mesmo raciocínio é igual para os gastos com Imposto Predial, funcionários, materiais, depreciação, etc.

Numa empresa *comercial* o gasto da aquisição de mercadorias para revenda será tratado como custo; já numa empresa *prestação de serviços* a mão-de-obra aplicada no serviço prestado mais o material utilizado nesse serviço serão considerados custo. Para ambas as atividades, todos os outros gastos na administração, serão tratados como despesa.

Numa empresa que presta serviços de limpeza, por exemplo, consideram-se **custos**: salário das faxineiras, supervisão dos serviços, material de limpeza aplicados nos serviços, depreciação dos equipamentos utilizados nos serviços prestados, etc. As

despesas de pessoal administrativo, contabilidade, finanças e outros gastos, serão considerados como **despesas**.

Outro exemplo: num hospital computam-se como custo: salário dos médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, medicamentos aplicados nos pacientes, alimentação dos pacientes, lavanderia, aluguel do hospital, depreciação dos equipamentos hospitalares, etc. Os gastos administrativos, por sua vez, pertencem à despesa: honorários dos diretores, departamento de finanças, contabilidade, marketing, etc.

Resumindo, **CUSTO** é o gasto que está relacionado diretamente com o objetivo social da empresa, **DESPESA** é o gasto relacionado indiretamente com o objetivo social da empresa.

7.4. Lançamento de Encerramento

A técnica é bastante simples, podendo ser realizada em dois momentos:

1. Abre-se uma Conta de Resultado transitória com o título de *Apuração do Resultado do Exercício* onde são transferidos todos os saldos das contas de *receitas e despesas*;
2. Transfere-se o saldo final da conta *Apuração do Resultado do Exercício* para a Conta **Lucro do Exercício** ou **Prejuízo do Exercício**, conforme o resultado que for apurado. Com isso, **TODAS** as contas de resultado ficam com saldo zero e as contas patrimoniais de Ativo e Passivo, já podem ser elencadas dentro da estrutura do Balanço Patrimonial Final.

7.5. Demonstração do Resultado do Exercício – D.R.E.

Após *zeramos* todas as contas de resultado e transferirmos o resultado para o Patrimônio Líquido, devemos elaborar a chamada *Demonstração do Resultado do Exercício*, também conhecida pela sigla *D.R.E.*, que nada mais é que um resumo ordenado das Receitas e das Despesas, de forma **dedutiva**.

O artigo 187 da Lei n.º 6.404/76 determina como deve ser elaborada a DRE. Nos incisos I e II deste artigo, fica claro a forma dedutiva que devemos adotar, pois o texto legal preceitua que a demonstração do resultado do exercício discriminará a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos (o grifo é nosso); a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto... Os demais incisos, III ao VII, discriminam as demais receitas e despesas que deverão figurar no demonstrativo, até chegar-se ao resultado líquido final.

A seguir, apresentamos um modelo de Demonstração do Resultado do Exercício:

	Receita Bruta das Vendas e Serviços
(-)	Devoluções de Vendas
(-)	Abatimentos Incondicionais
(-)	Impostos sobre Vendas e Serviços
(=)	Receita Líquida
(-)	Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços
(=)	Lucro Bruto
(-)	Despesas com Vendas
(+/-)	Resultado Financeiro
(-)	Despesas Administrativas
(-)	Outras Despesas Operacionais
(=)	Lucro ou Prejuízo Operacional
(+)	Receitas Não Operacionais
(-)	Despesas Não Operacionais
(+/-)	Saldo da Correção Monetária (*)
(=)	Resultado Exercício antes da Contrib. Social e do Imposto de Renda
(-)	Provisão para Contribuição Social (**)
(-)	Provisão para Imposto de Renda
(-)	Participações de Empregados, Administradores e Partes Beneficiárias
(-)	Contrib. para Instituições ou Fundos de Assistência ou Previdência de Empregados
(=)	Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício (***)

(*) Esta conta figurou nas demonstrações levantadas até 31.12.95. A partir de 01.01.96, tal conta deixa de existir, para fins societários e fiscais, diante da revogação da sistemática de correção monetária estabelecida no art. 4º da Lei nº 9.249/95.

(**) Quando da publicação da Lei nº 6.404/76, não existia a Contribuição Social, que foi criada pela Lei nº 7.689/88.

(***) Nas sociedades anônimas, após apresentar o lucro ou o prejuízo líquido do exercício, é exigido apresentar o lucro ou prejuízo por ação do capital social.

7.6. Exercício de Fixação

- Proceda o encerramento das contas de resultado referente às operações de 8 a 18, utilizando a folha com os respectivos razonetes, numerando os lançamentos com 20;
- Proceda o lançamento da Transferência do Resultado do Exercício para o Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados), utilizando o lançamento 21;
- Com base no Balancete de Verificação do tópico 6.4 e respectivos razonetes, elabore a ***Demonstração do Resultado do Exercício*** em 31/12/19X1 até o

resultado antes da Contribuição Social e IRPJ, utilizando-se das seguintes alíquotas:

- Contribuição Social sobre o Lucro..... 09%
 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica..... 15%
- d) Proceda o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, lançando as respectivas provisões;
- e) Complete a Demonstração do Resultado do Exercício, com as respectivas Provisões;
- f) Elabore o Balanço Patrimonial final.

Exercício de Fixação nº 2 – Transcreva para os Razonetes os lançamentos abaixo:

- 01.02/01 - Proceda a Transferências dos saldos das Contas Patrimoniais do exercício de 19X1 para 19X2;
- 02.05/01 – Pagamento por caixa de compras diversas referente café, açúcar, leite, pão, no valor de R\$ 125,00;
- 03.07/01 – Pagamento à vista, com cheque da Caixa Econômica Federal, de um terreno contendo um sobrado com 600 m2 de área construída, para funcionar as instalações da empresa, por R\$ 210.000,00;
- 04.10/01 - Pagamento com cheque do Banco do Brasil, da duplicata de fornecedor, no valor de R\$ 7.500,00, sobre a qual nos foi concedido um desconto de 10%, pelo pagamento antecipado;
- 05.13/01 - Recebido Conhecimento de Frete nº 007 no valor de R\$ 5.500,00 valor este que foi depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil;
- 06.14/01 - Pagamento à vista, com cheque da Caixa Econômica Federal, de Notas Fiscais de Combustíveis e Lubrificantes, no total de R\$ 370,00 sendo que deste total, 60% refere-se a óleo diesel do caminhão;
- 07.20/01 - Pagamento com cheque do Banco do Brasil, do aluguel das instalações, pois o sobrado adquirido ainda necessita de reformas, no valor de R\$ 850,00
- 08.25/01 - Valor do Frete conforme Conhecimento nº 008, no valor de R\$ 4.800,00 valor este que receberemos em 10/02/X2;
- 09.27/01 - Pagamento com dinheiro do caixa, ao motorista do caminhão, das taxas de pedágio do período, no valor de R\$ 185,00;
- 10.30/01 - Pagamento com cheque da Caixa Econômica Federal, da Folha de Pagamento do mês, no valor total de R\$ 3.900,00, sendo deste valor, 40% refere-se ao salário e comissão do motorista;
- 11.31/01 - Pagamento com cheque da Caixa Econômica Federal do Pró-Labore do mês no valor de R\$ 4.400,00;
- 12.31/01 - Pagamento com cheque do Banco do Brasil, referente aquisição de um Caminhão graneleiro, no valor de R\$ 84.000,00;
13. Valor da C.P.M.F. do mês, sendo R\$ 835,51 da CEF e R\$ 348,95 do B.Brasil;
- 14.31/01 - Recebimento de Frete conforme Conhecimento nº 009, no valor de R\$ 4.000,00 valor que foi depositado na conta corrente do Banco do Brasil;
- 15.31/01 - Provisão dos Impostos Incidentes sobre os serviços:

- ISS 5,00%
- 16.31/01 - Transferência do saldo das Contas de Resultado para Resultado do Exercício;
- 17. Provisão dos Impostos sobre o Lucro:
 - Contribuição Social sobre o Lucro 9%
 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%
- 18.31/01 - Transferência do Lucro ou Prejuízo para o Patrimônio Líquido;

PEDE-SE:

- a) Transcrever os lançamentos acima nos respectivos razonetes;
- b) Elaborar o Balancete de verificação em seis colunas, após lançamento 15;
- c) Elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE;
- d) Elaborar o Balanço Patrimonial.

CIA. TRANSPORTADORA LEVA E TRAZ
Balancete de Verificação encerrado em 31/01/19X2
Contas Patrimoniais e Contas de Resultado

CONTAS	Saldos Iniciais		Movimentação		Saldos Finais	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
TOTAIS.....						

CIA. TRANSPORTADORA LEVA E TRAZ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/01/19X2

A T I V O	P A S S I V O

R A Z O N E T E S

RAZONETES

**CIA. TRANSPORTADORA LEVA E TRAZ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/01/19X2**

CONTAS	VALOR – R\$.

--	--

7.7 OPERAÇÕES COM MERCADORIAS

7.7.1 SISTEMAS PARA CONTROLE DO ESTOQUE

- a) **Inventário Periódico** – é chamado de Inventário Periódico porque, a partir de sua adoção, as empresas passam a elaborar o inventário físico das mercadorias existentes em estoque somente no final de um período que normalmente corresponde a um ano. Assim, o Resultado da Conta Mercadorias (Resultado Bruto do Exercício) só será conhecido no final desse período.
- b) **Inventário Permanente** – consiste em controlar permanentemente o estoque de mercadorias efetuando as respectivas anotações a cada compra ou devolução. Dessa forma, como os estoques de mercadorias são mantidos atualizados constantemente, as empresas podem apurar o resultado da Conta Mercadorias no momento em que desejarem.

7.7.2 DIFERENÇA ENTRE DESCONTOS COMERCIAIS E DESCONTOS FINANCEIROS

- a) **Descontos Comerciais** – ocorrem no momento da compra (obtidos) ou da venda (concedidos) e são destacados na própria Nota Fiscal. São também denominados **Descontos Incondicionais**. A intitulação mais adequada para seus registros é Descontos Incondicionais Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor) ou Descontos Incondicionais Concedidos (quando a empresa concede ao cliente).
- b) **Descontos Financeiros** – ocorre no momento da liquidação de uma dívida ou do recebimento de um direito, fato posterior ao da compra ou da venda. A intitulação mais adequada para esses descontos é Descontos Obtidos (quando a empresa ganha do fornecedor no momento da liquidação de uma obrigação) ou Descontos Concedidos (quando a empresa oferece ao cliente no momento da quitação de um direito).

7.7.3 ICMS SOBRE COMPRAS E VENDAS

- a) **O que é ICMS**

- ICMS: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- É um imposto de competência estadual.
- Incide sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal, comunicações e fornecimento de energia elétrica.
- Nem todas as mercadorias ou operações estão sujeitas ao ICMS: há casos de isenção e de não-incidência previstos na legislação específica (Regulamento do ICMS de cada Estado brasileiro).
- É considerado imposto por dentro, o que significa dizer que seu valor está incluso no valor das mercadorias. Assim, ao adquirir uma determinada mercadoria por R\$ 1.000, com ICMS incidente pela alíquota de 17%, significa que o custo da mercadoria corresponde a R\$ 830 e o ICMS, a R\$ 170. Nesse caso, o total da Nota Fiscal será igual a R\$ 1.000.
- É um imposto não cumulativo, isto é, o valor incidente em uma operação (compra) será compensado do valor incidente em uma operação subsequente (venda).
- A alíquota (porcentagem) poderá variar em função do tipo da mercadoria, do destino ou origem, etc.
- Existe uma alíquota básica para a maior parte das mercadorias.

b) ICMS sobre Compras

- O ICMS incidente nas compras representa direito da empresa. Na linguagem contábil, esse direito representa débito na conta ICMS a Recuperar; na linguagem fiscal, crédito da empresa junto ao Governo do Estado.

c) ICMS sobre Vendas

- O ICMS incidente nas vendas corresponde à obrigação da empresa. Na linguagem contábil, essa obrigação representa crédito na conta ICMS a Recuperar ou na conta ICMS a Recolher; na linguagem fiscal, débito da empresa para com o Governo do Estado.
- Portanto, muito cuidado: débito e crédito na linguagem contábil são exatamente o oposto de débito e crédito na linguagem fiscal.

d) ICMS a Recolher ou a Compensar

A contabilização do ICMS torna-se muito simples a partir do momento em que você passa a conhecer o mecanismo que envolve a sua incidência sobre as operações de compras e de vendas de mercadorias. Veja, então:

A atividade principal de uma empresa comercial concentra-se em duas operações: compra e venda.

7.7.4 RESULTADO DA CONTA MERCADORIAS

a) Introdução

O Resultado da Conta Mercadorias é o Resultado Bruto do Exercício de uma empresa comercial. Esse resultado poderá ser lucro (Lucro sobre Vendas ou Lucro Bruto) ou prejuízo (Prejuízo sobre Vendas).

Como existem duas maneiras para se contabilizar as operações envolvendo mercadorias, é evidente que existem, também, duas maneiras diferentes de se apurar o resultado da Conta Mercadorias.

b) Inventário Periódico

Para solucionar as questões pertinentes, você deverá dominar o uso das fórmulas do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e do Resultado da Conta Mercadorias (RMC).

Fórmulas Primárias

$$\text{CMV} = \text{EI} + \text{C} - \text{EF}$$

onde:

- CMV = Custo de Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- EF = Estoque Final

$$\text{RCM} = \text{V} - \text{CMV}$$

onde:

- RCM = Resultado da Conta Mercadorias
- V = Vendas
- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas

Exemplo prático:

Suponhamos as seguintes contas e saldos extraídos do livro Razão de uma determinada empresa, em 31 de dezembro de X1:

- Estoque de Mercadorias (EI) = 1.500
- Compras = 5.000
- Vendas = 7.000

Sabendo-se que o valor do estoque final, conforme inventário realizado em 31 de dezembro, foi de R\$ 2.000, apure o **Resultado da Conta Mercadorias**, extra-contábil e contabilmente.

Solução

Apuração extra-contábil

$$\text{CMV} = 1.500 + 5.000 - 2.000 = 4.500$$

$$\text{RCM} = 7.000 - 4.500 = 2.500$$

O Resultado da Conta Mercadorias, positivo em R\$ 2.500, corresponde a Lucro sobre as Vendas ou Lucro Bruto.

Apuração contábil

Inicialmente, reconstituiremos os Razonetes das três contas, cujos saldos foram extraídos do livro Razão:

<u>Estoque Mercadorias</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas</u>
1.500	5.000	7.000

Para apurarmos contabilmente o Resultado da conta Mercadorias, iniciamos pela apuração do Custo das Mercadorias Vendidas. O procedimento é simples: basta transferir contabilmente, para a conta Custo das Mercadorias Vendidas, todos os valores das contas que compõem a fórmula do CMV. Veja:

Lançamentos em partidas de Diário:

- 1 **D** - CMV
C - Estoque de Mercadorias
Transferência do estoque inicial para apuração do Resultado Bruto 1.500
- 2 **D** - CMV

	C - Compras		
	<i>Transferências do valor das compras para apuração do Resultado Bruto</i>		5.000
3	D - Estoque de Mercadorias		
	C - CMV		
	<i>Registro do estoque final para apuração do Resultado Bruto</i>		2.000

Se você for analisar a fórmula do CMV, perceberá que todos os elementos que compõem a respectiva fórmula (EI, C e EF) já foram devidamente transferidos para a conta CMV, não havendo mais nada a transferir.

Veja a posição das contas envolvidas em seus respectivos Razonetes:

Estoque Mercadorias		Compras		C.M.V.	
1.500	1.500 (1)	5.000	5.000 (2)	1.500 (1)	2.000 (3)
2.000 (3)				<u>5.000 (2)</u>	
				6.500 (=)	
				4.500 (S)	

Observações:

- A conta Estoque de Mercadorias foi creditada no lançamento 1 por R\$ 1.500, sendo o valor transferido para a conta CMV, e foi debitada no lançamento 3 por R\$ 2.000, referentes ao valor do estoque final. Esta conta permanecerá com este saldo de R\$ 2.000 e figurará no Balanço Patrimonial.
- A conta Compras foi creditada no lançamento 2 por R\$ 5.000, ficando com saldo igual a zero.
- A conta CMV foi debitada no lançamento 1 por R\$ 1.500 (Estoque Inicial) e no lançamento 2 por R\$ 5.000 (Compras), e creditada no lançamento 3 por R\$ 2.000, referentes ao valor do Estoque Final. Após estes três lançamentos, o saldo da conta – R\$ 4.500 – correspondente ao valor do Custo das Mercadorias Vendidas.

Lançamentos em partidas de Diário

4.	D - Vendas		
	C - RCM		
	<i>Transferência valor vendas para apuração do Resultado Bruto</i>		7.000
5.	D - RCM		
	C - CMV		
	<i>Transferência do saldo da conta CMV para</i>		

Não havendo mais valores para lançar na conta RCM, veja a posição das contas envolvidas após os lançamentos 4 e 5:

Vendas	C.M.V.	R.C.M.
7.000 (4) 7.000	4.500 4.500 (5)	4.500 (5) 7.000 (4) 2.500 (S)

Observações:

- A conta Vendas ficou com saldo igual a zero, pois esse saldo foi transferido para a Conta RCM através do lançamento 4.
- A conta Custo das Mercadorias Vendidas também ficou com saldo igual a zero, pois esse saldo foi transferido para a conta RCM através do lançamento 5.
- A conta RCM recebeu a débito o valor do CMV (lançamento 5) e a crédito o valor das Vendas (lançamento 4), apresentando saldo credor de R\$ 2.500, correspondente ao valor do Lucro sobre as Vendas (Lucro Bruto).

O saldo da conta RCM pode permanecer na própria conta para ser posteriormente transferido para a conta Resultado do Exercício por ocasião da apuração do Resultado Líquido do Exercício. Para melhor refletir o resultado apurado, ele poderá ser transferido para uma conta apropriada, que poderá ser Lucro sobre Vendas ou Prejuízo sobre Vendas.

No nosso exemplo, faremos:

6	D - RCM		
	C - Lucros sobre Vendas		
	<i>Lucro bruto apurado</i>	2.500

Fórmulas influenciadas pelos fatos que alteram os valores das compras e das vendas

$$CMV = EI + (C + FC - ICMS - CA - DIO) - EF$$

onde:

- CMV = Custo das Mercadorias Vendidas
- EI = Estoque Inicial
- C = Compras
- FC = Fretes e Seguros sobre Compras
- ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre as Compras
- CA = Compras Anuladas
- DIO = Descontos Incondicionais Obtidos

- EF = Estoque Final

c) Inventário Permanente

Se você domina a apuração do resultado da Conta Mercadorias pelo Sistema de Inventário Periódico, sabendo manipular as fórmulas do CMV e do RCM, certamente não encontrará dificuldade para apurar o resultado da conta Mercadorias pelo sistema do Inventário Permanente.

Extracontabilmente, bastará aplicar a fórmula do RCM (a mesma utilizada no Sistema de Inventário Periódico), pois o CMV, no caso, já é conhecido.

Maneira prática para apuração do resultado da conta Mercadorias

Conheça uma maneira prática utilizada para apuração do resultado da conta Mercadorias ou de qualquer elemento componente das fórmulas do CMV e do RCM.

Lembramos que os procedimentos contidos neste item devem ser utilizados **exclusivamente** para agilizar os cálculos extracontábeis, para fins didáticos.

Utilizando o Razonete, você ganha rapidez na solução das questões. Para utilizá-lo com sucesso, contudo, é necessário que você conheça a natureza dos saldos de cada conta que compõem as fórmulas do **CMV** e do **RCM**.

O uso do Razonete para apuração do resultado da conta Mercadorias é simples: basta você desenhar o **T** e lançar, no lado do débito, todas as contas que possuam saldo de natureza devedora, no lado do crédito, todas as contas que possuam saldo de natureza credora. A partir daí, o saldo que você encontrar no Razonete corresponderá ao resultado da questão.

Exemplo prático

- Estoque inicial 1.000
- Compras 4.000
- Compras Anuladas 200
- Descontos Incondicionais Obtidos 400
- Estoque Final 2.500
- CMV ?

Solução:

Resolução pela Fórmula:



C.M.V.	
1.000 (EI)	2.500 (EF)
4.000 (C)	200 (CA)
	400 (DIO)
5.000 (=)	3.100 (=)
1.900 (S)	

Resposta: o CMV é igual a R\$ 1.900.

Para facilitar o uso do Razonete, memorize a natureza dos saldos de todas as contas possíveis na apuração do Resultado Bruto:

CONTAS ENVOLVIDAS NA APURAÇÃO DO RESULTADO BRUTO

NATUREZA DEVEDORA	NATUREZA CREDORA
<ul style="list-style-type: none"> • Estoque Inicial • Compras • Fretes s/ Compras • Vendas Anuladas • Descontos Incondicionais Concedidos • ICMS s/ Compras • ISS • PIS s/ Faturamento • Cofins • CMV • Prejuízo sobre Vendas 	<ul style="list-style-type: none"> • Vendas • Compras Anuladas • Descontos Incondicionais Obtidos • Estoque Final • Lucro Bruto • ICMS s/ Vendas

7.7.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ESTOQUES

a) Introdução

Estudaremos agora os principais critérios utilizados para avaliação dos materiais (mercadorias) estocados na empresa

De acordo com o artigo 261 e 292 do RIR/99 as pessoas jurídicas submetidas à tributação com base no lucro real, devem, ao final de cada período de apuração, proceder o levantamento e à avaliação dos estoques existentes de mercadorias para revenda, nas empresas comerciais e matérias-primas, materiais auxiliares (e outros materiais empregados na produção) e produtos acabados e em elaboração, bem como outros bens existentes em almoxarifado.

O custo das mercadorias estocadas é determinado com base no valor de aquisição constante das Notas Fiscais de compra, acrescido das despesas acessórias e dos impostos, taxas e contribuições que não forem recuperados pela empresa no momento da venda das mercadorias.

A empresa poderá adquirir os mesmos tipos de mercadorias em datas diferentes, pagando por eles preços variados. Assim, para determinar o custo dessas mercadorias estocadas e das mercadorias que foram vendidas, precisamos adotar algum critério.

Os critérios mais conhecidos para a avaliação dos estoques, segundo o artigo 295 do RIR/99, são: **Preço Específico, PEPS, UEPS, Preço Médio Ponderado Permanente e Preço Médio Ponderado Mensal.**

b) Preço Específico

O critério de avaliação do preço específico consiste em atribuir a cada unidade do estoque o preço efetivamente pago por ela.

É um critério que só pode ser utilizado para mercadorias de fácil identificação física, como imóveis para revenda, veículos novos e usados, etc.

Vamos, agora, estudar outros três critérios. Para facilitar o entendimento, apresentaremos sete operações ocorridas na empresa Moura Ribeiro S/A, atacadista de portas de cedro tamanho 2,00 x 0,80 m, e as fichas de estoques dos critérios com as mesmas operações.

NOTA:

- Para efeito didático, apresentaremos números inteiros e levaremos em conta que o ICMS já foi excluído dos referidos valores. Na venda, a baixa é feita pelo custo; logo, também sem ICMS.

1. Em 05/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 100 portas por R\$ 100 cada, conforme NF n° 7.002.
2. Em 08/02, vendeu ao cliente Depósito Humaitá Ltda. 20 portas, conforme NF n° 101.
3. Em 10/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 50 portas por R\$ 113 cada, conforme NF n° 8.592.
4. Em 19/02, adquiriu do fornecedor Pereira Ltda. 50 portas por R\$ 159 cada, conforme NF n° 9.721.
5. Em 20/02, devolveu ao fornecedor Pereira Ltda. 10 portas, conforme NF n° 115 referente a compra de 19/02.
6. Em 27/02, vendeu ao cliente Taboão S/A 140 portas, conforme NF n° 102.
7. Em 28/02, recebeu em devolução, do cliente Taboão S/A, 5 portas, conforme NFE n° 142.

NOTA:

- Veja o custo da venda na ficha de controle de estoque, pois não importa, para o controle do estoque, o preço de venda da mercadoria, só o compra.

c) PEPS

A sigla **PEPS** significa **Primeiro que Entra, Primeiro que Sai**, e é também conhecida por **FIFO**, iniciais da frase inglesa *First In, First Out*.

Adotando esse critério para valoração dos estoques, a empresa atribuirá às mercadorias estocadas os custos mais recentes.

Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início deste tópico, devidamente registradas na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: PEPS										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDOS		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 5.592	50	113	5.650	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								<u>130</u>		<u>13.650</u>
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								50	159	7.950
								<u>180</u>		<u>21.600</u>
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								40	159	6.360
								<u>170</u>		<u>20.010</u>
27/02	N/NF 102	-	-	-	80	100	8.000			
					50	113	5.650			
					10	159	1.590	30	159	4.770
					<u>140</u>		<u>15.240</u>			
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	159	(795)	35	159	5.565
	Totais	190		22.010	155		16.445			

Observações:

- Na coluna de saldo ficam evidenciadas as quantidades estocadas devidamente separadas ou identificadas pelos respectivos custos de aquisição. A cada venda, a baixa é feita iniciando-se pelos custos mais antigos; no caso, pelos menores custos. Assim, através desta ficha, ficam controladas as quantidades estocadas sempre pelos preços mais recentes. Por isso, este critério é chamado de **Primeiro que Entra, Primeiro que Sai**.
- As devoluções de compras efetuadas aos fornecedores são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das entradas. Por outro lado, as devoluções de vendas recebidas de clientes são escrituradas negativamente entre parênteses na coluna das saídas. Assim, a soma da coluna das saídas corresponderá efetivamente ao custo das mercadorias vendidas, ou seja, ao valor das saídas líquidas.

NOTAS:

- As devoluções de compras deverão ser registradas na ficha de controle de estoques pelo valor pago ao fornecedor por ocasião da respectiva compra.
- As devoluções de vendas deverão ser lançadas pelos mesmos valores das respectivas saídas.
- Os gastos eventuais, tanto na devolução de compras como na devolução de vendas (frete, seguros, etc.), devem ser considerados como Despesas Operacionais e não como Custos. Portanto, os valores desses gastos não são lançados nas Fichas de Controle de Estoques.

d) UEPS

A sigla **UEPS** significa **Ú**ltimo que **E**ntra, **P**rimero que **S**ai, e é também conhecida por **LIFO**, iniciais da frase inglesa *Last In, First Out*.

Adotando este critério para valoração dos seus estoques, a empresa sempre atribuirá às suas mercadorias em estoque os custos mais antigos, guardadas as devidas proporções com as mercadorias que entraram e saíram do estabelecimento.

Para entender melhor, veja as sete operações apresentadas no início deste tópico, devidamente registradas na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: UEPS										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								<u>130</u>		<u>13.650</u>
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								50	159	7.950
								<u>180</u>		<u>21.600</u>
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	80	100	8.000
								50	113	5.650
								40	159	6.360
								<u>170</u>		<u>20.010</u>
27/02	N/NF 102	-	-	-	40	159	6.360			
					50	113	5,650			
					50	100	5.000	30	100	3.000
					<u>140</u>		<u>17.010</u>			
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	100	(500)	35	100	3.500
	Totais	190		22.010	155		18.510			

Observação:

- Observe que, neste caso, a coluna do saldo controla as quantidades tendo em vista os respectivos custos de aquisição. A baixa é sempre feita pelos custos das últimas aquisições, guardadas as respectivas proporcionalidades dos custos de aquisição.

e) Custo Médio Ponderado Permanente

Adotando este critério, as mercadorias estocadas serão sempre valoradas pela média dos custos de aquisição, atualizados a cada compra efetuada.

Para entender melhor, veja os sete casos apresentados no início deste tópico, devidamente registrados na respectiva ficha:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: CUSTO MÉDIO PERMANENTE										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7.002	100	100	10.000	-	-	-	100	100	10.000
08/02	N/NF 101	-	-	-	20	100	2.000	80	100	8.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650	-	-	-	130	105	13.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950	-	-	-	180	120	21.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)	-	-	-	170	117	20.010
27/02	N/NF 102	-	-	-	140	117	16.380	30	121	3.630
28/02	N/NFE 142	-	-	-	(5)	117	(585)	35	121	4.215
	TOTAIS	190		22.010			17.795			

f) Preço Médio Ponderado Mensal

Esse método é aceito pelo fisco (PN CST nº 6/79) que as saídas sejam registradas somente ao final de cada mês, desde que avaliadas ao custo médio que, sem considerar o lançamento de baixa, se verificar no mês.

Para exemplificar esse critério alternativo de Custo Médio, vamos utilizar as mesmas informações que serviram de base para os exemplos anteriores:

MERCADORIA: PORTAS DE CEDRO TAMANHO 2,00 x 0,80 m										
MÉTODO DE CONTROLE: CUSTO MÉDIO MENSAL										
DATA	HISTÓRICO	ENTRADAS			SAÍDAS			SALDO		
		QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL	QUANT	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
05/02	NF 7.002	100	100	10.000				100	100	10.000
10/02	NF 8.592	50	113	5.650				150	104	15.650
19/02	NF 9.721	50	159	7.950				200	118	23.600
20/02	N/NF 115	(10)	159	(1.590)				190	115	22.010
28/02	Vendas mês				160	115	18.400	30	120	3.610
28/02	N/NFE 142				(5)	115	(575)	35	120	4.185
	TOTAIS	190		22.010	155		17.825			

Qual dos critérios deve ser utilizado?

O mais aconselhável dos três critérios é o **custo médio permanente ou mensal**, pois eles espelham maior realidade nos Custos, no Lucro e no Estoque Final. O único não aceito pela legislação do Imposto sobre a Renda brasileira é o UEPS, pois

distorce completamente os resultados, apresentando Custo maior, Lucro menor e Estoque Final diverso da realidade.

A empresa poderá adotar o critério que achar mais conveniente, mas se ao usar o UEPS deverá apresentar a diferença para tributação no LALUR.

Convém ressaltar que no momento da elaboração do Balanço a avaliação dos estoques obedecerá aos critérios estabelecidos no artigo 183 da Lei nº 6.404/76, ou seja, custo de aquisição deduzido da provisão para ajustá-lo ao valor do mercado, quando este for inferior.

7.7.8 Exercício sobre Operações com Mercadorias:

Dados extraídos da Conta Razão da Comercial Tabajara Ltda., em 31/12/19X1:

➤ Compras de Mercadorias para recenda.....	120.000,00
➤ Vendas de Mercadorias.....	180.000,00
➤ Fretes sobre as Compras.....	800,00
➤ Descontos Incondicionais Obtidos.....	2.500,00
➤ Vendas Anuladas/Canceladas.....	9.000,00
➤ Estoque Inicial de Mercadorias.....	60.000,00
➤ Estoque Final de Mercadorias.....	75.000,00

Outros Dados:

- O ICMS sobre as Compras foi de 12%
- O ICMS sobre as Vendas foi de 17%
- O PIS sobre a Receita Bruta foi de 0,75%
- A COFINS sobre a Receita Bruta foi de 3,0%

Com base nos itens acima, calcular:

- a) O **CMV** pela apuração extra-contábil;
 - b) O **RCM** pela apuração extra-contábil;
 - c) O **CMV** pela apuração contábil;
 - d) O **RCM** pela apuração contábil;
 - e) O **Lucro Bruto** ou **RCM** pela **D.R.E.**
-

Resolução:

Resolução do Exercício 7.7.8

7.7.9 Exercício sobre Critérios de Avaliação de Estoques

- **Operações da Empresa Comercial Tabajara Ltda no mês de dezembro de 19X1:**

01/12 – Estoque Inicial transferido do mês anterior: 20 unidades a R\$ 50,00 cada uma;

05/12 – Compra de 70 unidades a R\$ 60,00 cada uma;
 08/12 – Venda de 30 unidades;
 10/12 – Compra de 40 unidades a R\$ 70,00 cada uma;
 18/12 – Compra de 20 unidades a R\$ 80,00 cada uma;
 22/12 – Venda de 60 unidades;
 29/12 – Venda de 50 unidades;

Método de Controle: PEPS

Da- ta	Entradas			Saídas			SalDOS		
	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total

Método de Controle: UEPS

Da- ta	Entradas			Saídas			SalDOS		
	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total

Método de Controle: Custo Médio

Da- ta	Entradas			Saídas			Saldos		
	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total	Quant.	Custo Unitário	Custo Total

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998. ISBN: 85-224-2060-2

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998. ISBN: 85-224-2064-5

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998. ISBN: 85-224-1833-0

PADOVESE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996. ISBN: 85-224-1519-6

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1999. ISBN: 85-020-2064-1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 1995.

FIPECAFI, **Manual de Contabilidade das Sociedade por Ações**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Álvaro Guimarães de. **Contabilidade Financeira para Executivos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Demonstrações contábeis estruturação e normas**. São Paulo: CRC-SP, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva, 1997.